

Artigo / Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

Entre liberdade e ordem: a vivência liberal de Augusto José Marcelino da Rocha Cabral no jornal *O Despertador*

Luaia da Silva Rodrigues, *Universidade Federal Fluminense* ✉  

Palavras-chave:

O Despertador;
Augusto J. M.
Rocha Cabral;
liberalismo.

Resumo. Este artigo analisa o jornal *O Despertador: Diário Comercial, Político, Científico e Literário* (1838 – 1840), dirigido pelo emigrado português Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, no contexto das Regências. A pesquisa busca compreender como um liberal exilado do miguelismo articulou os seus ideais a uma nova realidade imperial, negociando espaços de inserção na sociedade brasileira. Para tanto, o estudo examina o projeto editorial do periódico e, em especial, as seções “Parte Política”, “Rio de Janeiro” e “Publicações Literárias”, que evidenciam a combinação entre uma cobertura jornalística pautada pela retórica da imparcialidade e debates em torno de liberdade e ordem. A análise revela, assim, como emigrados portugueses mobilizaram a imprensa para negociar identidades políticas e estratégias de pertencimento em meio a um campo liberal fragmentado e atravessado por intensas disputas entre regressistas e progressistas.

Keywords:

O Despertador;
Augusto J. M.
Rocha Cabral;
liberalism.

[EN] **Between liberty and order: The Liberal Experience of Augusto José Marcelino da Rocha Cabral in the Newspaper *O Despertador***

Abstract. This article analyzes the newspaper *O Despertador: Diário Comercial, Político, Científico e Literário* (1838–1840), directed by the portuguese émigré Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, in the context of the Brazilian Regency period. The research seeks to understand how a liberal exiled from miguelism articulated his political ideals within a new imperial reality, negotiating spaces of insertion in Brazilian society. To this end, the study examines the editorial project of the periodical, with particular attention to the sections “Parte Política,” “Rio de Janeiro” and “Publicações Literárias,” which highlight the combination of journalistic coverage framed by the rhetoric of impartiality with debates on liberty and order. The analysis thus reveals how Portuguese emigrants used the press to negotiate political identities and strategies of belonging within a liberal field fragmented by intense disputes between regressists and progressists.

Palabras clave

O Despertador;
Augusto J. M.
Rocha Cabral;
liberalismo

[ES] **Entre libertad y orden: la vivencia liberal de Augusto José Marcelino da Rocha Cabral en el periódico *O Despertador***

Resumen. Este artículo analiza el periódico *O Despertador: Diário Comercial, Político, Científico e Literário* (1838–1840), dirigido por el emigrado português Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, en el contexto de las Regencias brasileñas. La investigación busca comprender cómo un liberal exiliado del miguelismo articuló sus ideales en una nueva realidad imperial, negociando espacios de inserción en la sociedad brasileña. Para ello, el estudio examina el proyecto editorial del periódico y, en particular, las secciones “Parte Política”, “Rio de Janeiro” y “Publicações Literárias”, que ponen en evidencia la combinación

entre una cobertura periodística marcada por la retórica de la imparcialidad y los debates en torno a la libertad y el orden. El análisis revela, así, cómo emigrados portugueses utilizaron la prensa para negociar identidades políticas y estrategias de pertenencia en un campo liberal fragmentado y atravesado por intensas disputas entre regresistas y progresistas.

Introdução

No Brasil regencial, período atravessado por instabilidades, revoltas e intensas disputas políticas, desembarcaram, também, emigrados portugueses perseguidos pelo miguelismo. Durante as décadas de 1820 e 1830, verificou-se um processo de emigração política decorrente das revoluções e contrarrevoluções em Portugal. Apesar de haver, ainda, nesse período, exilados realistas do período de revolução, a maioria dos exilados era composta por liberais do período da contrarrevolução – parte deles encontrou, no Brasil, um lugar de refúgio e de reconstrução (Gonçalves; Silva, 2024, p. 4).

Esses homens, trazendo consigo experiências de exílio e de expectativas de liberdade, precisaram construir alianças, negociar pertencimentos e disputar posições para se inserir na vida política e social do Império brasileiro. As suas trajetórias, marcadas por tensões locais e transnacionais, revelam como os ideais liberais foram reelaborados em diálogo com os desafios de uma nova realidade.

É nesse horizonte que se inscreve o presente artigo, fruto das primeiras conclusões do pós-doutorado, intitulado *A vivência liberal dos emigrados portugueses no tempo do Regresso: Augusto José Marcelino da Rocha Cabral e o jornal O Despertador (1838-1840)*¹. A pesquisa busca compreender como os imigrantes liberais portugueses que chegaram ao Brasil, fugindo das perseguições miguelistas, inseriram-se na sociedade e na política imperial – ou seja, de que maneira mobilizaram-se e costuraram alianças em torno de projetos individuais e coletivos e como conciliaram os ideais liberais à nova vida no Brasil, sobretudo diante das disputas entre regressistas e progressistas no final das Regências.

Assim, tomando como fio condutor a atuação de Augusto José Marcelino da Rocha Cabral no jornal *O Despertador*, o estudo busca compreender de que modo um emigrado liberal articulou ideais forjados no velho continente a uma nova realidade, negociando identidades políticas e estratégias de pertencimento dentro de uma gramática de liberdade e ordem intensamente disputada por progressistas e regressistas.

¹ Versão inicial deste trabalho foi apresentada e debatida no *Colóquio Internacional Migrações, Exílios e Diásporas: experiências multiétnicas, multirraciais e transnacionais no longo oitocentos*, realizado em outubro de 2024.

É por meio desse ângulo que o presente artigo analisa o pensamento e a inserção de Rocha Cabral no tempo do Regresso². Diante disso, é fundamental deixar-se guiar pelo personagem investigado, valorizando a sua experiência, bem como as próprias relações sociais e interpretação de mundo. Ele se torna, assim, o fio condutor da intriga, a partir do qual se entrelaçam outros fios, como os espaços de sociabilidades que o circundavam, bem como as suas interpretações e manipulações das ideologias, dos códigos morais, dos acontecimentos da época e das leituras realizadas (Schmidt, 2000, p. 124).

Natural da comarca de Moncorvo e advogado formado em Coimbra, Rocha Cabral chegou ao Brasil, em 1831, já no contexto das Regências, fugindo das perseguições miguelistas em Portugal. Em menos de uma década, tornou-se figura ativa na cena jornalística brasileira ao dirigir dois periódicos. Entre 1832 e 1834, indicado pelo deputado Candido Baptista de Oliveira e a convite da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, esteve à frente do jornal *o Propagador da Indústria*, no Rio Grande do Sul³. O periódico deixou de circular quando Cabral afastou-se da redação, após ser convidado pelo presidente da província do Rio Grande, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, a realizar uma estatística provincial completa, projeto que permaneceu inacabado em razão da eclosão da Farroupilha. A irrupção dessa revolta, aliada à defesa de posições legalistas, motivou o retorno de Rocha Cabral ao Rio de Janeiro, onde passou a dirigir *o Despertador* (Klafke, 2006, p. 35).

Além disso, foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e integrou a comissão da revista dessa instituição. Esteve também entre os fundadores de instituições centrais para a comunidade portuguesa, como o Real Gabinete Português de Leitura, do qual foi presidente por quatro anos consecutivos, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, criada em 1840 para amparar conterrâneos em situação precária e que, anos depois, transformar-se-ia em hospital.

Nesse sentido, a atuação de homens como Rocha Cabral – os quais articulavam a palavra impressa à presença em formas de sociabilidades institucionalizadas – contribuem para o surgimento de um espaço público novo, moderno, embora ainda híbrido, que, como apontou Morel, ampliava as sociabilidades e criava outros mecanismos públicos de discussão e inserção (Morel, 2005, p. 268). Importa observar, ainda, que esses emigrados dispunham, também, de redes de apoio que diziam

² Refiro-me ao período governado pelo chamado “Gabinete das Capacidades” (1837–1839), ministério regressista que assumiu o poder após a renúncia do regente Feijó. Era composto por Bernardo Pereira de Vasconcelos (Justiça e Império), Rodrigues Torres (Marinha), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Fazenda), Sebastião do Rego Barros (Guerra) e Maciel Monteiro (Estrangeiros). Embora não ocupasse cargo ministerial, Carneiro Leão atuou como principal articulador do governo regressista na Câmara dos Deputados.

³ Os comendadores João Francisco Vieira Braga e Antônio José Afonso Guimarães, bem como o Sr. José Maria de Sá, membros da sociedade promotora, pediram à Baptista Caetano que encontrasse um cidadão ilustrado capaz de publicar uma folha industrial no Rio Grande do Sul, convite que foi feito e aceito por Rocha Cabral. Ver: CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839. p. 19.

respeito ao contexto econômico, social e político e às escolhas que vinham de interesses, necessidades individuais e familiares e até mesmo de amizades. Por isso, faz-se fundamental refletir sobre a rede social que se inseriam de modo a se ver o equilíbrio entre os elementos estruturantes de seus vínculos sociais e a análise de atores em redes egocentradas, sem esquecer de fazer relação com o que se designou de elites dirigentes (Imízcoz, 2004, p. 115-140).

É, precisamente, nesse quadro que se insere a trajetória de Rocha Cabral. A sua vivência enquanto exilado político e a sua atuação na criação de instituições voltadas ao amparo e ao fortalecimento da comunidade portuguesa no Brasil aproximaram-no de outros homens com trajetórias similares, favorecendo a construção e a expansão de suas redes de sociabilidade. Por meio dessas conexões, tornaram-se possíveis não apenas práticas de ajuda mútua, mas a circulação de informações, as indicações e o acesso a cargos. Casos como o de João Joaquim Pestana reforçam essa dinâmica: bacharel em leis, chegado ao Brasil em 1829, inicialmente excluído dos subsídios por ter se estabelecido e passado a advogar, Pestana viria, alguns anos depois, a ocupar o cargo de vice-diretor do Gabinete Português de Leitura (Gonçalves; Silva, 2024, p. 29). Trata-se de trajetórias que evidenciam como a inserção em redes associativas e profissionais podia reconfigurar posições sociais e abrir caminhos de ascensão. A atuação de Rocha Cabral, em prol da comunidade portuguesa, por sua vez, certamente, garantiu-lhe reconhecimento e ampliou as suas possibilidades, como indica a sua nomeação por Joaquim César de Figanieri e Morão (representante da rainha D. Maria da Glória) para o cargo de vice-cônsul encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro⁴.

Portanto, compreender a trajetória e a inserção de Rocha Cabral no Brasil implica articulá-las às redes que construiu, aos vínculos que estabeleceu e aos espaços que passou a ocupar. Contudo, para apreender essa dinâmica, é fundamental colocá-las em diálogo direto com seus posicionamentos políticos e com as implicações destes no complexo cenário político brasileiro, marcado por intensas disputas liberais e instabilidades políticas e sociais.

Assim como vários outros portugueses que se encontravam no Brasil, Cabral viu-se diante da dubiedade de ter deixado a sua pátria em razão de seus posicionamentos liberais – acusado de ser um acérrimo constitucional (Gonçalves; Silva, 2024, p. 5) – e, no entanto, passar a ser acusado, no contexto brasileiro, de vinculação a projetos absolutistas, antiliberais e, até anarquistas. Nesse ambiente, os portugueses – tanto os que se reconheciam como tais, quanto os que haviam permanecido formalmente portugueses após 1822/1824 – eram, frequentemente, alvos dessas categorias pejorativas, carregadas de forte conotação negativa no Oitocentos. Essa retórica, presente nos conflitos entre “brasileiros” e “portugueses”, desde o Primeiro Reinado e

⁴ CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839. p. 10.

os primeiros anos das Regências (Ribeiro, 2002), mantinha-se ativa no final do período regencial, especialmente com a ascensão dos regressistas ao poder, a partir de setembro de 1837.

Justamente nesse contexto, em fins de 1838, Rocha Cabral viu-se envolvido em uma grande polêmica com dois importantes jornais regressistas, o *Sete d'Abril* e o *Jornal dos Debates*. Ambos publicaram artigos desqualificando a sua imagem, acusando-o de divulgar em *O Despertador* doutrinas “absolutistas e miguelistas” e “demagógicas e revolucionárias”. Tais ataques ameaçavam, diretamente, as posições político-sociais que havia conquistado desde a sua chegada. O episódio evidencia não apenas a fragilidade das inserções construídas pelos emigrados portugueses, mas como a linguagem liberal, carregada de ambivalências, podia ser instrumentalizada para atacar reputações e deslegitimar adversários.

Preocupado com a repercussão dessas acusações, Rocha Cabral publicou uma circular com o objetivo de preservar a sua reputação política⁵. A sua reação ganha maior sentido quando considerada a posição que ocupava naquele momento: além da recente indicação para o cargo de vice-cônsul, *O Despertador*, jornal que ele dirigia desde 1838, vinha ampliando a sua projeção a ponto de rivalizar com o poderoso *Jornal do Comércio*⁶. Nesse documento, buscou reafirmar o seu compromisso com o sistema monárquico-representativo e com o governo da rainha Maria da Glória.

Para rebater a imputação de absolutismo/miguelismo, transcreveu diversos artigos de *O Despertador* nos quais exaltava e apoiava o reinado de D. Maria da Glória. Afinal, ser acusado de miguelismo – dado o histórico de disputa entre D. Maria da Glória e seu tio D. Miguel pelo trono de Portugal – poderia comprometer a sua permanência no cargo recém-conquistado. Ao mesmo tempo, buscava fazer justiça à sua trajetória liberal, marcada pelo apoio à rainha contra as aspirações de seu tio. Nesse sentido, deixava claro que, em sua perspectiva, a monarquia era o elemento governativo capaz de articular liberdade e ordem.

Na mesma circular, respondeu, ainda, à acusação de demagogia/anarquia por minimizar a importância de um motim liberal ocorrido em Portugal, em junho de 1838. Em sua interpretação, desordens promovidas por alas mais radicais faziam parte do próprio processo de implantação do sistema representativo, tratando-se, naquele caso, de uma exaltação local, incapaz de ameaçar a ordem ou o governo de Maria da Glória. Além disso, ressaltou que os excessos dos governos representativos – resultantes da

⁵ CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839. p. 7-12.

⁶ Em 1838, Rocha Cabral conseguiu uma concessão para o *Despertador* publicar os debates do Senado e tentou, embora tenha perdido, uma concessão com a Câmara dos Deputados. Se tornar veículo oficial de publicação dos debates parlamentares garantiu ao *Despertador* visibilidade e notoriedade, tanto que o *Jornal do Comércio*, que já publicava os debates informalmente, entrou, dias depois, com o mesmo pedido de concessão.

exaltação liberal – eram menos nocivos do que os vícios de regimes como o de D. Miguel, marcados pela opressão, pela perseguição e pela tirania⁷.

Ao final da circular, reuniu declarações de personalidades públicas que atestavam a sua lealdade à ordem, à liberdade, às leis e ao governo monárquico-representativo, como forma de reforçar a sua credibilidade. Para isso, escreveu cartas solicitando atestados de idoneidade a figuras públicas atuantes no cenário político. Entre esses nomes estavam várias figuras do grupo progressista, como Feijó, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Cândido Baptista de Oliveira e Antônio Paulino Limpo de Abreu, além do jornal *Aurora Fluminense*, importante periódico ligado aos progressistas⁸.

A leitura atenta da circular permite inferir aspectos importantes do posicionamento político de Rocha Cabral, bem como indícios de seu alinhamento no interior das disputas partidárias do período. Ao reafirmar o seu compromisso com o sistema monárquico-representativo e, sobretudo, ao defender a monarquia como elemento capaz de articular ordem e liberdade, Cabral inscreve-se em uma tradição política que buscava equilibrar os riscos associados tanto ao absolutismo quanto à anarquia. Tal formulação aproxima-se da lógica do Justo Meio, doutrina amplamente mobilizada no período, que orientava projetos políticos moderados ao defender a conciliação entre autoridade e liberdade como fundamento da ordem política.

Em suma, os defensores do Justo Meio buscavam um ponto de equilíbrio entre a tradição do Antigo Regime e as inovações próprias da Modernidade, isto é, um caminho de moderação entre o Absolutismo, visto como autoritarismo, e a Democracia/República, entendidas como anarquia. A frase em latim *In medio posita virtus* (a virtude se encontra no meio) foi muito usada na época e remetia à ideia de que posicionamentos ilustrados fugiam dos extremos e buscavam a moderação (Rodrigues, 2016, p. 9). Mais do que uma fórmula abstrata, tratava-se de uma linguagem política que buscava equacionar tensões constitutivas do liberalismo, sobretudo aquelas relacionadas aos limites da autoridade e aos riscos da desordem. Nesse sentido, o Justo Meio operava como princípio orientador de projetos que pretendiam evitar tanto os excessos associados ao absolutismo quanto aqueles atribuídos à anarquia, propondo uma via de equilíbrio fundada na conciliação entre liberdade e ordem. Tal formulação, amplamente mobilizada no período, assumia significados variados a depender dos contextos e dos agentes que dela se apropriavam, o que permite explorá-la não como uma doutrina rígida, mas como um campo de disputas e interpretações.

⁷ CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839. p. 15-16.

⁸ CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839. p. 37-48.

No início do período regencial, essa lógica esteve fortemente associada à atuação do grupo moderado, composto por grandes proprietários e comerciantes de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais interessados em uma modernização liberal estável e mantenedora da ordem. O projeto político desse grupo fundamentava-se na noção francesa do *Juste Milieu* – o Justo Meio –, defensora do equilíbrio político e compreendida mais como um modo de agir do que como uma posição fixa, uma vez que os seus procedimentos variavam de acordo com as conjunturas (Morel, 2005, p. 133). Nesse sentido, censuravam tanto o governo de D. Pedro I, entendido como absolutista e autoritário, quanto as soluções exaltadas, lidas como radicais e anárquicas. Em contrapartida, defendiam um caminho intermediário entre esses dois extremos, voltado à reforma da Constituição de 1824, com a supressão de elementos considerados autoritários, mas de forma ordenada, gradual e, sobretudo, não revolucionária.

O posicionamento político de Rocha Cabral no periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense* aproxima-se dessa perspectiva de moderação, na medida em que a sua retórica condenava os Exaltados pela ameaça “anárquica” e combatia os Restauradores pelo retorno da “tirania” e do “despotismo” (Klafke, 2006, p. 37). Embora o periódico negasse envolvimento nas disputas políticas e reafirmasse o interesse por temas estritamente econômicos⁹, o seu conteúdo revela uma atuação política ao posicionar-se em defesa da integridade do Império e da autoridade do governo monárquico frente às demandas de autonomia das províncias, interpretadas como dissensões oriundas das “paixões” (Klafke, 2006, p. 7-8).

A partir de meados da década de 1830, o campo liberal passou por inflexões importantes, acompanhando a reconfiguração das alianças políticas e o acirramento das disputas no período regencial. As divergências, já latentes entre os moderados, vieram à tona no contexto das discussões em torno da reforma constitucional de 1834, contribuindo para a reorganização dos agrupamentos políticos nas configurações que, posteriormente, seriam identificadas como Regresso e Progresso. Esse processo, contudo, esteve longe de ser linear, sendo marcado pela convivência, muitas vezes indistinta, entre moderados, caramurus e exaltados remanescentes, além de oposicionistas e governistas ainda desprovidos de identidades partidárias consolidadas (Basile, 2009, p. 188).

Ainda assim, essa reorganização não implicou uma ruptura com o repertório político anterior. Os grupos em formação continuaram a reivindicar para si a defesa de um liberalismo equilibrado, ancorado na preservação da ordem e na garantia da liberdade, mobilizando, sob diferentes inflexões, a linguagem do Justo Meio. Longe de expressar uma posição unívoca, essa referência operava como um vocabulário comum, porém profundamente disputado, no qual se confrontavam distintas interpretações acerca das formas legítimas de articular ordem e liberdade no Império.

⁹ Como será analisado adiante, Rocha Cabral adota estratégia semelhante em *O Despertador*.

Tais divergências tornavam-se, particularmente, visíveis nas propostas de organização do poder. Para os regressistas, a ordem vinculava-se ao fortalecimento do centro político e à centralização de funções consideradas estratégicas, ao passo que a liberdade era associada ao funcionamento do sistema representativo e ao papel do Parlamento. Já entre os progressistas, a liberdade tendia a ser identificada com a ampliação das autonomias provinciais, enquanto a ordem era atribuída à atuação de um Executivo forte, capaz de garantir a estabilidade do regime. Mais do que uma oposição simples entre centralização e descentralização, estavam em jogo diferentes concepções sobre os equilíbrios possíveis entre as instâncias de poder (Rodrigues, 2022, p. 426).

Nesse sentido, é necessário chamar atenção para a complexidade desses projetos. Se os regressistas, ao mesmo tempo em que centralizavam esferas político-judiciárias fundamentais, preservavam margens de autonomia municipal, os progressistas, embora defensores das prerrogativas provinciais, buscavam submeter os municípios ao controle dessas instâncias. Essas formulações evidenciam que centralização e descentralização não operavam como categorias excludentes, mas como princípios articulados de maneiras distintas, tensionando os significados atribuídos ao próprio liberalismo (Rodrigues, 2022, p. 427).

Essas diferenças, por sua vez, não se restringiam ao plano discursivo, materializando-se em propostas e práticas concretas. A atuação regressista na reforma do Código de Processo Criminal e na interpretação do Ato Adicional contribuiu, assim, para o reforço do controle do governo central sobre cargos administrativos e judiciários, ao mesmo tempo em que a flexibilização da lei antitráfico de 1831 evidenciava a articulação entre esse projeto político e a defesa de interesses senhoriais escravistas. Desse modo, as disputas em torno do Justo Meio revelam não apenas divergências de princípio, mas projetos distintos de ordenamento social e político no interior do liberalismo oitocentista (Rodrigues, 2022, p. 428). Essa tensão não passou despercebida pela historiografia: diversos autores têm caracterizado o liberalismo brasileiro como “híbrido” (Xavier Guerra, 1998, p. 109), “específico” (Bosi, 1992, p. 194-245), ou mesmo “autoritário” (Lopes, 2003, p. 195-218), ressaltando justamente a complexidade das leituras e acomodações possíveis dentro desse horizonte político.

É nesse cenário de reconfiguração e disputa de significados que se insere a análise do jornal *O Despertador*, dirigido por Rocha Cabral a partir de 1838. Se, em sua experiência anterior à frente do *Propagador da Indústria Rio-grandense*, o seu posicionamento político aproximava-se de uma linguagem afinada ao horizonte Moderado – marcada pela condenação dos excessos e pela defesa do equilíbrio entre ordem e liberdade –, o novo contexto regencial, já atravessado pela fragmentação desse campo em regressistas e progressistas, impõe a necessidade de reavaliar essa inserção. Soma-se a isso a própria trajetória como emigrado português, marcada por acusações e deslocamentos que tensionavam a sua posição no interior das disputas políticas do Império.

A leitura sistemática dos artigos de *O Despertador* permite, assim, investigar de que maneira o seu posicionamento articulava-se às tensões entre regressistas e progressistas, bem como compreender em que medida as suas formulações aproximavam-se dos projetos em disputa. Mais do que identificar um alinhamento rígido, interessa perceber como Cabral situava-se em meio a um ambiente marcado por conflitos e instabilidades, no qual categorias como ordem, liberdade e pertencimento político eram, constantemente, reconfiguradas.

A circular analisada anteriormente orientou, em um primeiro momento, hipóteses sobre os posicionamentos políticos de Rocha Cabral. O apoio de diversas personalidades vinculadas ao grupo progressista parecia indicar a construção de alianças e a proximidade com projetos associados a esse campo político, o que ajudaria a explicar, inclusive, os ataques provenientes de jornais regressistas. No entanto, ao iniciar a leitura sistemática de *O Despertador*, essa expectativa mostrou-se mais complexa do que, inicialmente, suposto, abrindo espaço para uma análise que evidenciasse tensões e ambiguidades no interior de seu posicionamento político.

A imprensa oitocentista e o projeto editorial do *Despertador*

Para compreender melhor as estratégias de inserção política de Rocha Cabral e o alcance de suas disputas, é fundamental examinar o jornal *O Despertador*. Mais do que uma simples fonte de informação, o periódico configurava-se como espaço de sociabilidade e intervenção política. Como afirmam Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, a imprensa brasileira foi, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história: registrou acontecimentos, mas também interveio ativamente neles, desempenhando papel decisivo na conformação do Estado, da cultura política e das formas de sociabilidade no Brasil (Martins; Luca, 2012).

Nesse sentido, a opinião veiculada nos jornais, especialmente os de grande circulação e impacto social, como era o caso de *O Despertador*, tinha peso significativo na construção das instituições políticas e do próprio Estado, ao disputar espaços de atuação e de formulação de projetos. Como lembra António Manuel Hespanha, a força da opinião pública conferia à imprensa importância estrutural nas sociedades modernas. Em um cenário de restrições ao exercício da cidadania, ela funcionava como mediadora entre a população e as autoridades, chegando a substituir o voto formal como elemento de legitimação política e de orientação estatal (Hespanha, 2003).

Nessa mesma direção, estudos recentes sobre a imprensa do período têm destacado o caráter marcadamente político, no qual a circulação de informações e a formação de discursos articulavam-se à formulação de projetos e à construção de linguagens públicas. Desse modo, a análise dos periódicos oitocentistas exige considerar a relação entre discurso e prática, buscando apreender os sentidos mobilizados pelos agentes históricos em seus contextos de atuação, sem desconsiderar os limites impostos pela própria natureza das fontes e pelas dificuldades de

reconstituição contextual e da subjetividade interpretativa do pesquisador (Pimenta, 2002, p. 24).

A análise dos artigos de *O Despertador* permite, assim, investigar as visões liberais de José Marcelino da Rocha Cabral e o seu posicionamento frente às disputas entre progressistas e regressistas no Império do Brasil. O jornal torna-se, portanto, fio condutor de uma investigação mais ampla sobre a inserção político-social de imigrantes liberais portugueses e suas estratégias de ocupação de espaços de poder. Para compreender esse processo, é necessário realizar uma análise qualitativa de seus conteúdos, situando-os no contexto dos acontecimentos da época, bem como atentar para a natureza da imprensa oitocentista, a qual exige ser interrogada em sua materialidade, e não, unicamente, em seus conteúdos.

Tal perspectiva aproxima-se de abordagens que buscam apreender o vocabulário político em sua historicidade, articulando linguagem e prática social. Nessa perspectiva, mais do que uma análise estritamente textual, interessa compreender como determinadas categorias – como ordem, liberdade ou imparcialidade – eram mobilizadas em contextos específicos, ainda que a sua interpretação permaneça condicionada aos limites das fontes e à natureza, necessariamente, provisória da reconstrução histórica.

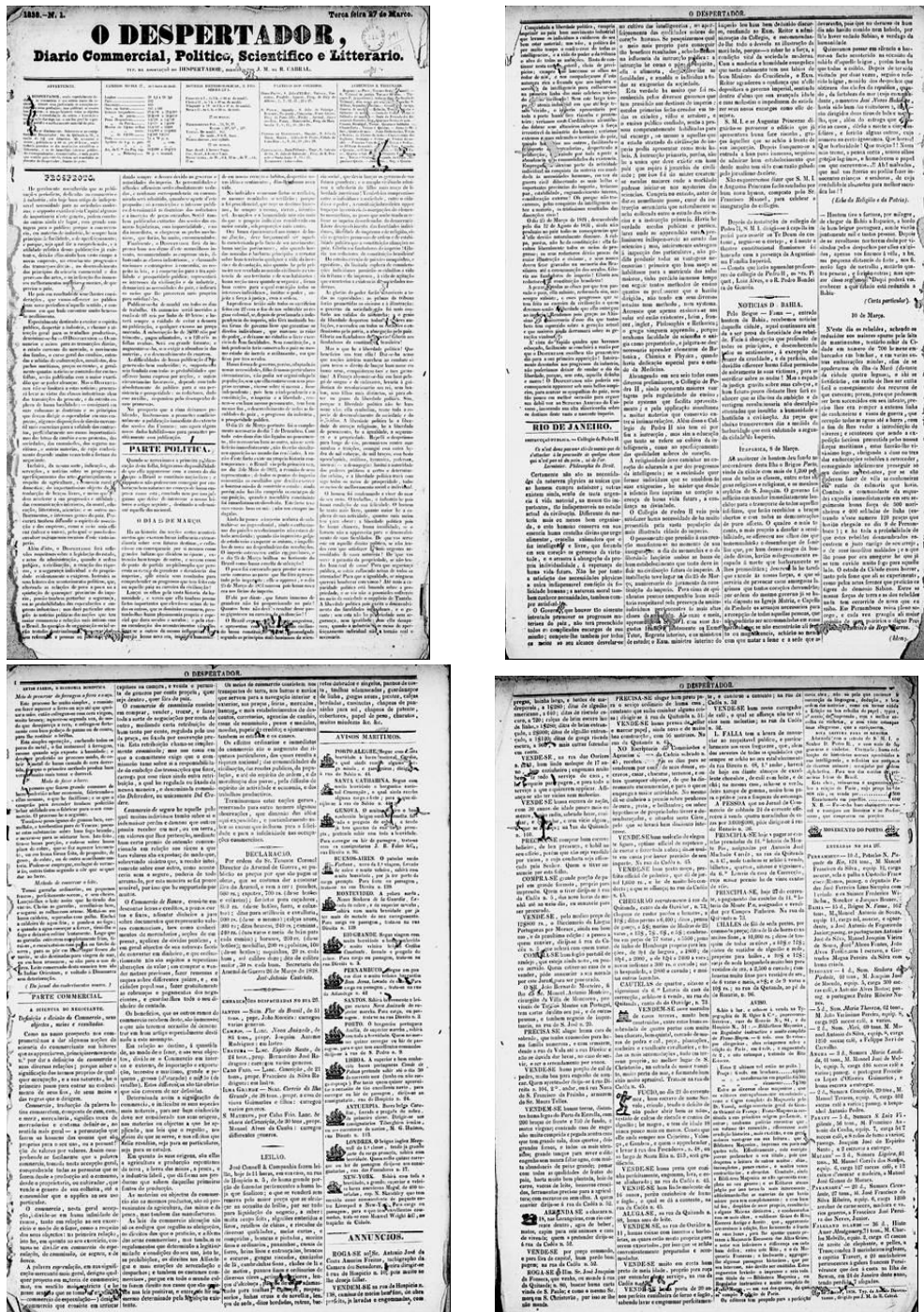
Essa perspectiva implica tratar os periódicos como objetos complexos, os quais devem ser interrogados em sua dimensão textual e material. Como sublinha Tania Regina Luca, cabe ao pesquisador examinar desde o tamanho da letra, o tipo de papel, a qualidade da impressão até o número de páginas, a tiragem, a estruturação das seções, os recursos retóricos, a tipografia e o público a que se destinavam (Luca, 2014, p. 111-154). Todos esses elementos devem ser considerados como parte das estratégias de comunicação e intervenção política.

Esses parâmetros gerais orientam a análise de *O Despertador*, cujo conteúdo, materialidade e projeto editorial permitem situá-lo entre os grandes periódicos da Regência. Publicado no Rio de Janeiro entre março de 1838 e outubro de 1841, *O Despertador: Diário Comercial, Político, Científico e Literário* somou 1.138 edições, todas impressas em tipografia própria, a “Associação do Despertador”, localizada na Rua da Quitanda, nº 55. O seu formato seguia o modelo dos grandes jornais da época: quatro páginas em quatro colunas de letras pequenas, publicadas diariamente, exceto domingos e feriados¹⁰. A assinatura trimestral custava 3\$000 réis, enquanto a folha avulsa era vendida a 120 réis. Esses valores situavam o periódico em uma faixa compatível com outros jornais de circulação relevante na Corte, como o *Jornal do Commercio*, cuja assinatura anual, em 1838, custava 16\$000 réis; a folha avulsa, 160 réis; e o *Sete d’Abril*, com assinatura trimestral de 2\$500 réis, ainda que com menor frequência de publicação. Tal comparação sugere que *O Despertador* não se destinava às camadas populares, mas a um público alfabetizado e, economicamente, inserido nos circuitos urbanos, especialmente comerciantes, negociantes e profissionais liberais.

¹⁰ As letras eram diminuídas, ainda mais quando a folha publicava resumos dos debates parlamentares.

A visualização da primeira edição de *O Despertador* permite compreender melhor como se estruturava o periódico, desde a sua organização material até os recursos gráficos que sustentavam o projeto editorial.

Figura 1 – Primeira edição de *O Despertador*



Fonte: O Despertador¹¹

¹¹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 1-4.

Anúncios e avisos de até 40 letras publicados em *O Despertador* custavam 60 réis, valor acessível para pequenos comerciantes, profissionais liberais e indivíduos inseridos nos circuitos econômicos locais, o que contribuía para ampliar a circulação desse tipo de comunicação no interior da sociedade oitocentista¹². Aqueles considerados de interesse público – como informes governamentais ou de associações científicas e literárias – eram publicados gratuitamente, evidenciando a articulação entre interesses comerciais e funções públicas do periódico. A cobrança por anúncios, prática comum na imprensa do período, constituía uma das principais estratégias de sustentação financeira dos jornais, podendo inclusive gerar lucros. No caso de Rocha Cabral, contudo, essa estratégia não foi suficiente para assegurar a viabilidade econômica do empreendimento: *O Despertador* enfrentou dificuldades crescentes ao longo de sua existência e faliu em 1841. A derrocada financeira implicou a ida de Rocha Cabral para Diamantina, onde passou a atuar como advogado até 1849, vindo a falecer no ano seguinte, em condições modestas (Klafke, 2006, p. 35). Esse percurso evidencia os limites materiais da atuação na imprensa oitocentista e tensiona a própria ideia do jornal como instrumento seguro de ascensão social.

A seção de “Anúncios”, nesse contexto, configurava-se não apenas como espaço de publicidade, mas como canal de conexão direta com o cotidiano econômico e social, mediando relações entre o periódico e os interesses de seus leitores. A sua diversidade temática – que incluía desde a compra e venda de imóveis até a oferta de serviços especializados – revela a inserção do jornal nas dinâmicas urbanas da Corte. Encontravam-se, ali, anúncios de dentistas, ourives, advogados e professores; comunicados sobre compra, venda e fuga de escravizados, evidenciando a centralidade da escravidão na vida social, além de anúncios voltados ao auxílio de portugueses recém-chegados em busca de emprego e moradia – estes últimos são, particularmente, significativos, pois apontam para o papel desempenhado por Rocha Cabral na articulação de redes de sociabilidade entre emigrados portugueses, aspecto que dialoga, diretamente, com a própria trajetória e as suas estratégias de inserção no espaço público imperial.

O jornal enfrentou dificuldades na distribuição nos primeiros meses de circulação, o que gerou insatisfação entre os assinantes. Em resposta, o editor publicou um aviso expressando seu descontentamento e informando que os exemplares estavam sendo entregues aos distribuidores às 5h da manhã. Surgiram rumores de que essas dificuldades seriam resultado de intrigas contra o periódico, e embora o editor afirmasse não acreditar nessa hipótese, não deixou de mencioná-la¹³.

Cada edição trazia um cabeçalho com informações úteis aos leitores: dias de publicação, preços, taxas de câmbio, partidas dos correios, audiências nos tribunais,

¹² Para fins comparativos, o valor cobrado pelo *O Despertador* era compatível ao de outros periódicos da época, o *Jornal do Comercio*, por exemplo, cobrava 80 réis por linha

¹³ Apesar de continuar mencionando possíveis intrigas destinadas a prejudicar a circulação dos primeiros números do jornal, a fonte não aponta o motivo nem identifica quem ou qual grupo estaria por trás disso.

previsões meteorológicas e fases da lua. Graças a esses registros, sabemos que, no dia de sua primeira publicação, o Rio de Janeiro amanheceu chuvoso, com mar agitado e temperatura em torno de 21¹⁴. Esse nível de detalhe visava conferir credibilidade ao periódico como fonte confiável e necessária ao cotidiano, conectando-o tanto à vida prática dos leitores quanto às disputas políticas.

O Despertador nasceu com o propósito declarado de “excitar o espírito público” e fomentar a indústria e o desenvolvimento nacional, retomando objetivos já presentes no *Propagador da Indústria* anos antes. O periódico buscava oferecer informações práticas sobre o comércio – como anúncios, câmbio e movimentação portuária – além de divulgar princípios de direito mercantil aplicáveis a contratos, orientando negociantes e empresários. Paralelamente, abordava temas diversos, como agricultura, indústria, economia doméstica, imigração de trabalhadores livres, melhorias das comunicações internas, moral, educação, literatura e ciência. Ao mesmo tempo, procurava difundir o espírito associativo e empresarial, considerado essencial para o fortalecimento do Império brasileiro.

Nesse espírito, o jornal destacava que o desenvolvimento do comércio e o crescimento industrial eram essenciais para a prosperidade do país. Ao fornecer informações detalhadas sobre o comércio e oferecer orientações práticas para o setor industrial, buscava-se posicionar como uma ferramenta valiosa para comerciantes, negociantes e empresários. Na parte industrial, por exemplo, além de tratar do desenvolvimento, publicava instruções sobre aspectos práticos da produção e de aperfeiçoamento técnico, como a preservação do ferro e do aço da ferrugem, a produção de lacres e a conservação do leite. Também ensinava a preparar graxa para facilitar o movimento de máquinas, recuperar letras apagadas de documentos, produzir verniz e remover manchas de tecidos. O autor sustentava que, embora o Brasil já desfrutasse de liberdade, apenas alcançaria a verdadeira prosperidade com o desenvolvimento industrial e a pacificação interna. Dessa forma, *O Despertador* vinculava progresso econômico e estabilidade política, entendendo a indústria como fundamento da grandeza e da felicidade de uma nação¹⁵.

Do ponto de vista político, comprometia-se a tratar de questões legislativas e administrativas com imparcialidade e respeito ao governo e às instituições, evitando envolver-se diretamente ou assumir lados nas disputas partidárias características do momento. Prometia, ainda, trazer notícias políticas e econômicas de outros países relevantes para o comércio, sobretudo das nações com as quais o Brasil mantinha relações mais estreitas. Em suma, pretendia ser um veículo de promoção da concórdia, do respeito às leis e da cooperação para a prosperidade pública, refletindo os desafios e oportunidades do Brasil imperial nos campos político, econômico e social.

A sua proposta editorial era, portanto, multifacetada: ao mesmo tempo em que se dedicava a questões comerciais e práticas, também se abria para debates políticos,

¹⁴ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 1.

¹⁵ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 5, 31 mar. 1838. p. 2.

culturais e literários, em consonância com o seu objetivo de promover o desenvolvimento nacional. Apesar de variações na forma e na ordem de publicação, cerca de dez seções eram recorrentes, entre elas: “Parte Política”, “Rio de Janeiro”, “Repartição da Polícia”, “Parte Comercial”, “Parte Industrial”, “Avisos Marítimos”, “Livros à Venda/Publicações Literárias”, “Leilões”, “Anúncios” e “Movimento do Porto”.

Nem todas eram publicadas diariamente e algumas apareciam combinadas em uma única seção. A Parte Política, por exemplo, em certas edições, vinha junto da Parte Literária; a seção Rio de Janeiro, às vezes, era incorporada à Parte Política; e outras como Parte Industrial, Leilões, Livros à Venda e Publicações Literárias nem sempre estavam presentes. Em algumas ocasiões, a Parte Industrial surgia combinada com a Parte Comercial, e a Repartição Policial era incorporada à seção Rio de Janeiro. Houve ainda momentos em que a Parte Política foi subdividida em “Exterior” e “Interior”.

Para os objetivos deste artigo, concentraremos a análise sobretudo nas seções “Parte Política”, “Rio de Janeiro” e “Publicações literárias”, por serem aquelas em que mais, claramente, evidenciam-se os posicionamentos de Rocha Cabral e as suas estratégias de intervenção no debate público. Essas três seções permitem observar, de forma privilegiada, como o jornal projetava uma imagem de moderação e imparcialidade, ao mesmo tempo em que se inseria nas disputas liberais entre regressistas e progressistas. Tal postura não era inédita em sua trajetória: à frente do *Propagador da Indústria*, Cabral já afirmava evitar o envolvimento direto nas disputas políticas, embora, na prática, o seu periódico mobilizasse uma linguagem e posições alinhadas ao horizonte moderado.

A análise de *O Despertador*, portanto, permite investigar em que medida essa reivindicação de neutralidade foi, novamente, mobilizada – ainda que, uma vez mais, não plenamente sustentada – no contexto mais polarizado do final das Regências. Nesse sentido, a análise de *O Despertador* permite investigar não a ausência de posicionamento, mas as formas específicas pelas quais essa pretensa imparcialidade era construída, tensionada e, por vezes, desmentida na prática – evidenciando, assim, os limites dessa estratégia em um espaço público caracterizado pela concorrência entre projetos políticos.

***O Despertador* entre imparcialidade e engajamento: as escolhas políticas de Rocha Cabral.**

Se, no plano editorial, *O Despertador* apresentava-se como veículo multifacetado, capaz de conciliar informações práticas, interesses comerciais, debates políticos e reflexões literárias, é nas seções “Parte Política”, “Rio de Janeiro” e “Publicações Literárias” que evidenciam-se as tensões de sua atuação política. Nelas, a retórica da imparcialidade convivía com tomadas de posição que remetem, diretamente, às disputas do período regencial, sobretudo entre regressistas e

progressistas. A análise dessas seções permite, portanto, compreender como Rocha Cabral expressava as suas convicções políticas ao mesmo tempo em que tentava construir uma imagem de imparcialidade, credibilidade e de utilidade social. Nesse sentido, a leitura dessas seções constitui um espaço privilegiado para observar como os discursos de moderação e imparcialidade se articulavam a posicionamentos políticos concretos, muitas vezes próximos ao Regresso, ainda que formulados em chave de neutralidade.

As seções “Parte Política” e “Rio de Janeiro” ocupavam pelo menos metade do jornal, com duas das quatro páginas sendo dedicadas a elas. Isso é significativo, considerando-se que o jornal contava com dez seções recorrentes. Nos primeiros meses de publicação, não havia uma divisão fixa entre elas, algo que se define, com mais clareza, com o passar do tempo. No início, era comum que uma seção estivesse inserida dentro da outra, embora, na maioria das edições, elas aparecessem separadas.

A “Parte Política” passou a tratar de questões internacionais e as suas conexões com o Império brasileiro. Recorrentemente, publicavam notícias diversas sobre países estrangeiros que poderiam informar e ensinar aos brasileiros. Por exemplo, a disputa entre “Guelfos e Gibelinos” que estaria destruindo a Itália¹⁶ e a divisão partidária francesa¹⁷; as “intestinas comoções” nos países da América Meridional que contrastava com “carreira da civilização” na Europa¹⁸; a questão diplomática envolvendo o alistamento obrigatório de franceses na milícia argentina¹⁹; e o empréstimo pedido por alguns deputados portugueses, visto pela população como “proposta de bancarrota nacional”²⁰.

Contudo, esses temas eram, sempre, articulados à realidade brasileira, de modo a orientar a leitura do público e oferecer parâmetros de interpretação e de ação diante uma conjuntura imperial marcada pela organização político-administrativa do Estado em meio a dissensões partidárias e revoltas. Assim, as divisões partidárias italianas e francesas eram apresentadas como evidência dos perigos das “paixões partidárias” para o desenvolvimento nacional, enquanto as convulsões na América Meridional descritas como sinais de atraso civilizacional associados ao predomínio dessas mesmas paixões. Já o empréstimo em Portugal surgia como alerta quanto à má condução dos negócios públicos e os seus efeitos negativos que poderia ter sobre a confiança da população. Em conjunto, tais exemplos operavam como recursos pedagógicos que visavam demonstrar, ao leitor brasileiro, os riscos de sociedades marcadas por

¹⁶ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 4, 30 mar. 1838. p. 1-2. Vale ressaltar que, mesmo ainda não existindo um Estado nacional italiano unificado, o jornal utiliza o termo “Itália” sem explicitar seu significado ou delimitação geográfica.

¹⁷ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 5, 31 mar. 1838. p. 1.

¹⁸ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 7, 3 abr. 1838. p. 1-3. Embora a fonte não delimite precisamente o alcance da expressão “América Meridional”, o próprio texto menciona, como exemplos das “intestinas comoções”, regiões como Montevidéu, Chile, Buenos Aires, Peru e Bolívia.

¹⁹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 8, 4 abr. 1838. p. 1; n. 10, 6 abr. 1838. p. 1-2; n. 11, 7 abr. 1838. p. 1-2; n. 14, 11 abr. 1838. p. 1-2.

²⁰ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 13, 10 abr. 1838. p. 1.

faccionalismo, instabilidade política e desordem administrativa, sugerindo, de forma implícita, a necessidade de evitar tais caminhos – o que se articula aos equilíbrios necessários entre ordem e liberdade para a manutenção da sociedade no caminho do Justo Meio.

Além de informações internacionais, essa seção tratava de temas considerados relevantes para o cenário liberal oitocentista, como a escrita de uma Constituição e o papel da Imprensa. Ao falar sobre a importância de Constituições no cenário oitocentista, *O Despertador* destacou a carta brasileira de 1824, entendida como marco da liberdade política no Brasil²¹. Essa postura encontra eco na historiografia, que tem associado o liberalismo de parte desses portugueses a um constitucionalismo, sustentado no apoio às Cartas outorgadas por D. Pedro I tanto no Brasil quanto em Portugal. Esse alinhamento produziu percepções contrastantes: no Reino, esses liberais foram vistos como “acérrimos constitucionais”, enquanto, no Brasil, chegaram a ser acusados de absolutismo por defenderem o primeiro imperador (Ribeiro, 2002).

Da mesma forma, ao tratar da Imprensa, o jornal a relacionava ao caso brasileiro, tecendo críticas ao espírito partidário, o qual dominava as folhas nacionais, e às suas consequências negativas para a unidade imperial, ao mesmo tempo em que reafirmava a importância de que a imprensa atuasse como instrumento de aperfeiçoamento moral e material, e não como porta-voz de disputas facciosas²². Em um contexto regencial marcado por intensas disputas e revoltas, essa formulação, também, dialogava com a pretensão de imparcialidade do periódico, ainda que, na prática, não tenha conseguido evitar a tomada de posição em um campo profundamente politizado.

Esse enquadramento não era casual: ao privilegiar a Carta de 1824 e criticar o espírito partidário da imprensa, *O Despertador* estabelecia, desde cedo, um filtro interpretativo. De um lado, apresentava a Constituição de 1824 – e não o Ato Adicional – como baliza capaz de articular ordem e liberdade; de outro, atribuía à imprensa um potencial duplo – instrumento imprescindível para o desenvolvimento do país ou ameaça à sua estabilidade, quando dominada pelas paixões partidárias. Essa combinação oferecia ao leitor uma chave para ler os acontecimentos internacionais e nacionais a partir de um liberalismo que enfatizava a estabilidade institucional e a moderação política, elementos centrais de formulações pautadas pelo Justo Meio.

Ao elogiar a Constituição de 1824 como marco da “liberdade e do equilíbrio político”, o periódico não somente mobilizava uma linguagem próxima à do Justo Meio como associava a Carta outorgada pelo antigo imperador a essa conquista, enfatizando a sua contribuição para conter tanto os abusos do “elemento monárquico” quanto os excessos dos movimentos “democráticos demagógicos”, descritos como uma “hidra de mil cabeças, de mil braços, besta apocalíptica, ardilosa, tirânica e poderosa”.

²¹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 1-2.

²² *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 2, 28 mar. 1838. p. 1.

Nesse sentido, ao defender a Constituição de 1824 como marco da liberdade política, *O Despertador* não apenas retomava uma retórica amplamente difundida na sociedade oitocentista, mas, também, posicionava-se, ainda que indiretamente, no interior das disputas entre regressistas e progressistas. Em 1838, discutia-se na imprensa e na tribuna a aprovação da Interpretação do Ato Adicional: para os regressistas, tratava-se de conter os excessos liberais que ameaçavam a unidade e a estabilidade do Império; para os progressistas, tal reinterpretação representava o risco de supressão das liberdades e retorno à opressão. Nesse contexto, elogiar a Constituição – e não o Ato Adicional que a reformou – significava, na prática, alinhar-se à leitura que criticava as reformas introduzidas pelo Ato Adicional, aproximando-se, assim, das formulações regressistas, ainda que essa posição fosse enunciada sob a retórica da imparcialidade.

Nessa esteira, o periódico lamentou que a liberdade estivesse sendo “alvo de todas as ambições”, caminho que, em sua perspectiva, mostrava-se “estéril e cheio de precipícios”. Advertia que a liberdade política só tinha valor quando vinculada à promoção da ordem e do progresso, defendendo a dedicação “à indústria e à produção” como base para garantir “paz, estabilidade, engrandecimento interno e consideração externa”²³. Assim, na retórica do jornal, a liberdade conquistada com a Constituição encontrava-se ameaçada por interpretações consideradas equivocadas, associadas ao contexto regencial e às disputas em torno das reformas liberais. Ainda que não o afirmasse de maneira explícita, tal formulação aproximava-se da leitura regressista segundo a qual medidas como o Código de Processo e o próprio Ato Adicional estariam favorecendo a desordem provincial e colocando em risco a unidade e o desenvolvimento do Império.

Outros elementos conjugam-se a esses aos indícios de aproximação do jornal das interpretações feitas pelos regressistas. *O Despertador* criticou o mau uso da imprensa e o governo regencial Moderado no contexto da abdicação de D. Pedro I. Embora reconhecesse os avanços trazidos pela imprensa, condenava a proliferação de doutrinas “republicanas e federalistas”, entendidas como interpretações equivocadas da liberdade que teriam fomentado distúrbios e conduzido à Abdicação. Advertiu, ainda, de maneira sutil, o governo moderado da época por fazer o mesmo: o “inexperiente partido vencedor persistia em querer realizar suas utopias de federação e repúblicas”, enfrentando simultaneamente os grupos Exaltado e Restaurador, transformando o país em um “campo de batalha” e a “imprensa em um instrumento de ataque e defesa”²⁴.

Nesse sentido, *O Despertador* voltou a defender o uso da imprensa como meio de promover o progresso intelectual e moral, e não um campo de batalhas partidárias. Este artigo é fundamental para compreender a imagem que ele tentava transmitir: um periódico responsável e imparcial, comprometido com a ordem e o desenvolvimento

²³ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 1-2.

²⁴ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 2, 28 mar. 1838. p. 1.

social, em oposição a outros jornais que, segundo ele, incitavam a desordem ao publicar “diatribes, injúrias e impropérios”²⁵. Essa formulação é, particularmente, reveladora, pois, ao mesmo tempo em que criticava esse uso da imprensa, *O Despertador* buscava distinguir-se como veículo capaz de disciplinar tais excessos, reforçando sua autoimagem de mediador – mesmo que, na prática, estivesse igualmente inserido nessas dinâmicas.

Essa crítica ao governo moderado é reveladora: ainda que não nomeasse explicitamente, o governo moderado estava, à época, associado a figuras políticas ligadas ao grupo do Progresso, como o ex-regente Feijó. O contraste é interessante, já que, mais tarde, alguns desses nomes seriam citados por Rocha Cabral como apoiadores em sua defesa pública contra os ataques regressistas. A aparente contradição sugere que a retórica de imparcialidade não excluía tensões e acomodações táticas, próprias da disputa pela inserção no espaço político e simbólico do período regencial.

Em conjunto, essas passagens evidenciam que a retórica de *O Despertador* estruturava-se em torno de uma apropriação específica da linguagem do Justo Meio, na qual liberdade e ordem apareciam como princípios indissociáveis, porém constantemente tensionados. A imprensa surgia, nesse quadro, como instância mediadora, responsável por orientar o público e conter os excessos das paixões partidárias. Contudo, essa pretensão de mediação não eliminava o caráter político de suas intervenções: ao contrário, as escolhas editoriais revelam aproximação, em diferentes momentos, de interpretações mais próximas ao campo regressista.

A seção do *Despertador* intitulada “Rio de Janeiro” concentrava-se em conteúdos locais, abrangendo tanto eventos da cidade quanto acontecimentos de outras províncias. O periódico acompanhou de perto, por exemplo, a revolta na Bahia (Sabinada) e no Rio Grande do Sul (Farroupilha), sempre enfatizando a necessidade de pacificação e a restauração da ordem. Na Bahia, a cobertura incluiu descrições da repressão, relatos das forças imperiais mobilizadas, celebrações pela “restauração da ordem” e campanhas de arrecadação em prol das vítimas da guerra²⁶. No caso sul-rio-grandense, os artigos refletiram preocupação permanente com a integridade territorial e destacaram os esforços do governo para pacificar a região, registrando os avanços das tropas imperiais²⁷. Ao associar a repressão das revoltas à restauração da ordem, o periódico reafirmava que a estabilidade institucional sobrepunha-se às demandas locais ou insurgentes.

²⁵ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 2, 28 mar. 1838. p. 2.

²⁶ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 2-3; n. 5, 31 mar. 1838. p. 1-2; n. 6, 2 abr. 1838. p. 1-2; n. 9, 5 abr. 1838. p. 3; n. 12, 9 abr. 1838. p. 1-2.

²⁷ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 6, 2 abr. 1838. p. 1; n. 8, 4 abr. 1838. p. 1; n. 10, 6 abr. 1838. p. 2; n. 14, 11 abr. 1838. p. 2; n. 17, 17 abr. 1838. p. 3; n. 19, 19 abr. 1838. p. 2; n. 22, 23 abr. 1838. p. 1; n. 24, 25 abr. 1838. p. 2.

Essa seção reunia, também, informações importantes sobre atos diversos do governo regressista, como a inauguração do Colégio Pedro II²⁸, projetos sobre a criação do Jardim Botânico e de escolas agrícolas²⁹, além de debates parlamentares e decisões legislativas consideradas relevantes – a exemplo da crítica à Assembleia mineira por revalidar uma lei já revogada pela Assembleia Geral³⁰. Completavam o repertório notas sobre celebrações públicas de datas comemorativas, como o aniversário da rainha de Portugal, D. Maria da Glória³¹, e o dia 07 de abril de 1831³².

Essa cobertura combinava notícias cotidianas com episódios de maior repercussão política, reforçando não apenas uma mensagem de fundo – a valorização da ordem e da autoridade imperial como garantia de estabilidade e da paz –, mas uma aproximação com as pautas regressistas. Ao destacar tanto conquistas educacionais e culturais (como o Colégio Pedro II e o Jardim Botânico) quanto a repressão às revoltas provinciais, *O Despertador* projetava uma narrativa em que o progresso material e moral do país dependia da ação firme do governo central e da obediência às instituições, elementos recorrentes no discurso regressista.

Outro ponto de destaque foi a defesa de medidas governamentais durante a cobertura das revoltas. O jornal elogiava as decisões do ministério regressista, afirmando, por exemplo, que foram cruciais para conter a revolta na Bahia. A conduta do governo foi enaltecida em outras ocasiões também. As medidas implementadas pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, como a criação do Colégio Pedro II e das escolas técnicas agrícolas, foram destacadas por promover o desenvolvimento da educação pública, vista pelo periódico como essencial para o avanço da civilização e do aperfeiçoamento moral e intelectual do povo.

O Despertador não apenas elogiava medidas do gabinete, como defendia pautas centrais do seu programa político, como a atuação da 4ª legislatura na aprovação da reforma do Ato Adicional e do Código de Processo³³ e projetos como a fixação das forças de terra e mar, a promoção militar e a contratação de estrangeiros.³⁴ Além disso, criticava, explicitamente, a atuação dos progressistas na Câmara, condenando as estratégias de obstrução legislativa como “irrefletidas” e prejudiciais à nação³⁵. Ainda que evitasse o confronto direto, o periódico reproduzia, assim, a leitura regressista de defesa da ordem, da autoridade estatal e da necessidade de conter excessos oposicionistas.

²⁸ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838. p. 2; n. 6, 02 abr. 1838. p. 2.

²⁹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 17, 17 abr. 1838. p. 2-3; n. 19, 19 abr. 1838. p. 2-3.

³⁰ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 3, 29 mar. 1838. p. 1.

³¹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 8, 4 abr. 1838. p. 1.

³² *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 11, 7 abr. 1838. p. 2.

³³ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 36, 9 maio 1838; n. 37, 10 maio 1838; n. 40, 14 maio 1838; n. 44, 18 maio 1838; n. 45, 19 maio 1838.

³⁴ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 74, 28 jun. 1838; n. 77, 3 jul. 1838.

³⁵ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 40, 14 maio 1838.

Contudo, temendo que tais elogios fossem confundidos com adesão ao Regresso, e procurando preservar a sua imagem de neutralidade, o periódico fez questão de se justificar:

Longe de nós o servilismo, longe a adulação; mas longe também a parcialidade e o silêncio de louvores merecidos! Se há pouco aplaudimos, fora da autoridade e sem o conhecer, o patriota instituidor do Monte de Socorro e do Monte Pio, deveremos deixar sem louvor, só porque se encontra no poder, o ilustre fundador do Colégio Pedro II e o criador das fazendas normais?³⁶

Assim, *O Despertador* afirmava que se esforçaria para elogiar atitudes e ações que consideradas benéficas ao progresso do país, independentemente de filiações partidárias. Essa postura indicava a tentativa, ao menos no plano discursivo, de sustentar uma imagem de imparcialidade em um contexto marcado por intensas rivalidades na imprensa. Ao mesmo tempo, a necessidade recorrente de explicitar tal posição revela as dificuldades práticas de manter essa pretensão em um campo profundamente politizado.

Nesse sentido, além de elogiar ações do governo regressista, o periódico exaltou iniciativas de membros da oposição. A citação anterior refere-se, por exemplo, à criação do Monte de Socorro e do Monte Pio por Aureliano de Souza Coutinho, opositor do governo e frequentemente atacado por jornais pró-regressistas, como o *Sete d'Abril*. *O Despertador* dedicou um artigo inteiro a elogiar as suas iniciativas de melhoramentos públicos, como a introdução da navegação a vapor, a criação da casa de correção, o Monte Pio dos empregados públicos, a promoção da empresa dos ônibus, e a fundação do Monte de Socorro, além do Monte Pio Geral³⁷.

Essa estratégia de alternar elogios ao governo regressista e a figuras da oposição progressista cumpria dupla função: reafirmava a retórica de imparcialidade, recusando-se a aderir, formalmente, a um partido específico; e construía a imagem do jornal como árbitro moral, apto a reconhecer méritos acima das rivalidades partidárias. Todavia, essa retórica não anulava uma inclinação à defesa de valores regressistas, sobretudo a ênfase à ordem e à estabilidade.

Essa tensão entre imparcialidade e afinidade aos ideais regressistas fica ainda mais evidente quando o periódico publicou o artigo de um correspondente em defesa da eleição de Araújo Lima para o cargo de regente do Império. Mais uma vez, o jornal procurava justificar a sua posição: o redator afirmava que aceitava o texto “a pedidos” e que, por não “servir a nenhum partido”, apenas aos “melhoramentos materiais e ao progresso moral do país”, acolheria artigos com opiniões divergentes, desde que escritos sem ataques pessoais³⁸. A recorrência desse tipo de explicação evidencia o

³⁶ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 17, 17 abr. 1838. p. 3.

³⁷ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 15, 12 abr. 1838. p. 3.

³⁸ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 16, 14 abr. 1838. p. 1-2.

esforço constante de sustentar a imagem de neutralidade – ao mesmo tempo em que revela os limites dessa pretensão no contexto da imprensa regencial.

O texto apoiava Araújo Lima sem criticar diretamente o adversário. Os dois foram considerados altamente qualificados – “ambos defensores do princípio monárquico e das instituições representativas, ambos do mesmo modo probos e dedicados à causa nacional, ambos com precedentes honrosos de uma vida pública [...]”³⁹. O apoio a Araújo Lima foi justificado de forma pragmática, ancorado na continuidade administrativa, e não em uma comparação qualitativa entre os candidatos: ele já estaria “inteirado dos negócios públicos” e fazia um “governo com bons resultados”, o que garantiria estabilidade.

O episódio evidencia os limites práticos da imparcialidade reivindicada, uma vez que, mesmo sob a retórica da neutralidade, o veículo posicionava-se no interior das disputas políticas ao favorecer um candidato associado, naquele momento, ao campo regressista. Esse episódio ilustra de forma clara como *O Despertador* moldava a sua retórica de imparcialidade: mesmo ao declarar neutralidade, as escolhas reforçavam o campo regressista. Essa mesma lógica reaparece na seção “Publicações Literárias”.

A seção “Publicações Literárias” funcionava como espaço de recomendação de leituras e artigos de outros periódicos, em geral ligados a acontecimentos políticos contemporâneos. O objetivo era propor uma curadoria ao leitor, convidando-o a refletir sobre temas considerados de interesse público. Um traço marcante dessa seção era o esforço de demonstrar imparcialidade. Havia um cuidado evidente em citar artigos de jornais de diferentes orientações políticas, garantindo um diálogo com um público variado e evitando um alinhamento explícito a um lado específico. Ao reproduzir artigos de tendências diversas, o periódico reforçava a imagem de imparcialidade, embora privilegiasse, nos primeiros meses, jornais alinhados ao Regresso.

Assim, o jornal buscava reforçar sua imagem de mediador, capaz de oferecer ao leitor um panorama amplo da imprensa e, ao mesmo tempo, de se distanciar dos ataques pessoais que marcavam a retórica de muitos periódicos regenciais. Aparentemente, a estratégia surtiu efeito, pois importantes jornais regenciais elogiaram as primeiras edições do periódico. Em 30 de março de 1838, o *Sete d’Abril* publicou uma nota elogiosa, transcrita do *Chronista*, afirmando que, exceto pela qualidade da impressão, “tudo o mais no Despertador é ótimo” e que o novo periódico estava apenas no início de uma longa trajetória promissora⁴⁰. Esse reconhecimento precoce destacava *O Despertador* no panorama dos periódicos emergentes e atestava a sua relevância e qualidade editorial.

Entre os jornais indicados pelo *Despertador* estavam o *Sete d’Abril*, o *Jornal dos Debates*, o *Chronista* e o *Parlamentar* – os três primeiros alinhados ao governo regressista e o último, pertencente à oposição progressista. Nos primeiros meses,

³⁹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 16, 14 abr. 1838. p. 1.

⁴⁰ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 4, 30 mar. 1838. p. 3.

predominavam indicações de artigos favoráveis ao ministério regressista, sobretudo do *Sete d'Abril*, que, junto com o *Chronista*, concentrava o maior número de menções.

Há, contudo, uma contradição reveladora: ao mesmo tempo em que pregava a imparcialidade e criticava o tom agressivo da imprensa, *O Despertador* recomendava artigos do *Sete d'Abril* que se notabilizavam justamente pelo sarcasmo e pelos ataques pessoais. Um exemplo era a seção “empadinhas quentes”, repleta de ironias e sátiras contra opositores. Em outros casos, os próprios títulos dos artigos eram ofensas a progressistas, como “suplemento ao cidadão mente-zurra”, no qual Montezuma era associado à mentira e ao burro, ou “anátemas paulináticos”, que zombava de Antônio Limpo de Abreu, retratando-o como amaldiçoado e lunático⁴¹. Também eram frequentes as indicações de textos que atacavam diretamente o *Parlamentar*, jornal de oposição igualmente citado pelo *Despertador*⁴².

Essa aparente contradição – selecionar textos carregados de ataques pessoais ao mesmo tempo em que condenava tal prática – evidencia, novament, que a imparcialidade do *Despertador* funcionava menos como um princípio rígido e mais um recurso retórico maleável. Ao se apropriar de conteúdos agressivos de outros periódicos, o jornal conseguia dialogar com o público atraído por esse estilo polêmico, sem comprometer diretamente sua própria linguagem moderada. Assim, *O Despertador* continuava apresentando-se como um veículo aberto a diferentes perspectivas, reforçando a narrativa de neutralidade, ao mesmo tempo em que, na prática, se posicionava de forma favorável a uma leitura liberal de inclinação regressista, apoiando e elogiando discursos, escritos, e ações regressistas. Dessa forma, projetava-se como mediador imparcial e equilibrado, mas, por vias indiretas, difundia posições mais próximas ao campo regressista.

Considerações finais

O Despertador foi um jornal que, enquanto esteve em circulação, esforçou-se por projetar uma imagem de neutralidade, de valorização e respeito às instituições e de promoção do progresso material e moral do Império brasileiro. Como se procurou demonstrar, a sua proposta editorial combinava cobertura política, econômica e cultural com atenção a temas legislativos, comerciais, industriais e literários. Contudo, a despeito do seu discurso de imparcialidade, as suas escolhas editoriais – como a defesa da Constituição de 1824, elogios a medidas de ministros regressistas e indicações de textos de periódicos ligados ao Regresso – revelam uma inclinação ao liberalismo conservador regressista. Ainda assim, o periódico buscava dialogar com diferentes correntes, publicando artigos diversos e evitando ataques pessoais diretos.

Essa neutralidade reivindicada pode ser compreendida menos como uma posição efetivamente sustentada e mais como uma estratégia de inserção e

⁴¹ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 15, 12 abr. 1838. p. 3.

⁴² *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 4, 30 mar. 1838. p. 3.

sobrevivência em um campo jornalístico e político profundamente competitivo. Produzir um jornal implicava custos elevados, e muitos não ultrapassavam o primeiro mês de existência. Nesse contexto, conquistar e manter leitores apresentava-se como condição essencial de viabilidade. Ao evitar um alinhamento explícito, *O Despertador* procurava escapar de antagonismos mais agudos e atrair leitores de diferentes tendências, acumulando respeito público e ampliando sua base de assinantes e anunciantes.

No entanto, tal estratégia revelou os seus limites. Como mencionado, periódicos, como o *Sete d'Abril* e *Jornal dos Debates*, alinhados ao gabinete regressista, passaram a publicar artigos desqualificando a imagem de Rocha Cabral, acusando-o ora de absolutista/miguelista, ora de demagogo/anarquista. A análise das edições de 1838 permite compreender que as críticas dirigidas a Rocha Cabral, pelos jornais regressistas, não decorreram de uma ruptura programática do *Despertador*, mas da combinação entre a sua rápida ascensão no campo jornalístico e um episódio específico de interpretação política em contexto sensível de acirramento da Farroupilha.

De um lado, o periódico ampliava, significativamente, o seu capital político ao publicar resumos das sessões legislativas, obter a concessão oficial para divulgar oficialmente os debates do Senado⁴³ e pleitear novos espaços de mediação entre Parlamento, governo e opinião pública – movimento que o projetava para além de sua condição inicial e o inseria em circuitos tradicionalmente ocupados por folhas consolidadas, gerando incômodos e disputas por legitimidade e visibilidade. De outro, ao comentar convulsões liberais em Portugal, o jornal relativizou o seu potencial destabilizador, apresentando-as como parte do processo de consolidação dos regimes representativos e afirmando a preferência pelos “males da liberdade” em relação aos “males da tirania”⁴⁴. Em meio aos reveses militares no Rio Grande do Sul, essa formulação foi interpretada pelo *Sete d'Abril* e *Jornal dos Debates* como indício de condescendência com movimentos revolucionários, capazes de estimular novas insurreições. Nesse cruzamento entre disputa por espaço e sensibilidade política, Cabral tornou-se alvo de ataques personalizados, sendo acusado, simultaneamente, de absolutista e de anarquista, o que evidencia tanto a radicalização do debate quanto a dificuldade de sustentar posições nuançadas em um ambiente marcado pela crescente polarização.

Apesar das tensões com periódicos regressistas, as quais levaram *O Despertador* a adotar, momentaneamente, um tom mais crítico e a se aproximar de folhas progressistas, o jornal retomou, em 1839, uma postura semelhante à de seus primeiros meses, inclusive transcrevendo artigos ministeriais que criticavam abertamente periódicos de oposição. Em resposta, a *Aurora Fluminense* publicou uma nota sarcástica afirmando que *O Despertador* havia voltado a apoiar o governo regressista:

⁴³ O *Despertador* recebia o pagamento de 1\$600 réis por trabalho.

⁴⁴ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 15, 12 abr. 1838. p. 3.

⁴⁴ *O Despertador*, Rio de Janeiro, n. 115, 18 ago. 1838.

“O Abissínio tinha arremessado a primeira pedrada ao Sol, dispunha-se a arremessar segunda; mas eis que o Sol surge imprevisivelmente acima do horizonte. O que faz o Abissínio? Põe-se de joelhos, e adora-o!”⁴⁵. A metáfora sugeria que, após ensaiar uma crítica ao poder, o periódico teria recuado e passado a reverenciá-lo, evidenciando o caráter oportunista – ou, ao menos, instável – de sua posição.

Inserido em um cenário no qual a imprensa operava como extensão das disputas partidárias, o esforço de sustentar uma retórica de neutralidade tendia a produzir o efeito inverso: ao evitar um alinhamento claro e ao tecer elogios a ambos os grupos, o jornal acabava por desagradá-los, perdendo apoios e contribuindo para o seu isolamento – o que ajuda a compreender, inclusive, as dificuldades que culminaram com a sua falência, em 1841. Essa dificuldade estrutural – a impossibilidade de sustentar um lugar intermediário em uma arena radicalmente polarizada – constitui elemento interpretativo central para explicar os ataques.

O retorno de *O Despertador* à sua retórica de imparcialidade deve, também, ser entendida como estratégia de inserção de seu diretor, Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, em um campo político liberal marcado por tensões, aproximações transitórias e deslocamentos constantes. Nesse contexto, a noção de Justo Meio, inicialmente associada aos Moderados e, depois, disputado por regressistas e progressistas, oferece chave interpretativa privilegiada para compreender as diferentes formas de assimilação do pensamento liberal pelas forças políticas brasileiras, revelando, ainda, a interpenetração entre liberdade e ordem na construção do Estado imperial.

Como discutido, regressistas e progressistas compartilhavam essa matriz, mas divergiam quanto aos sentidos atribuídos à liberdade e à ordem, o que gerava disputas profundas sobre o arranjo institucional do Império. Para os regressistas, a Ordem derivava da centralização no governo imperial, e a Liberdade, do fortalecimento do parlamentarismo, com ministros subordinados à maioria legislativa. Já para os progressistas, a Liberdade vinha da descentralização administrativa, e a Ordem, de um Executivo forte – em uma espécie de presidencialismo regencial (Rodrigues, 2022). Essas diferenças faziam com que os pilares de um grupo colidissem com os do outro, alimentando conflitos intensos mesmo dentro de um horizonte liberal comum.

Tal constatação reforça a centralidade da noção de liberdade – polissêmica e disputada – tanto na prática política quanto na edificação das instituições imperiais. Nesse ponto, *O Despertador* evidencia essa pluralidade do liberalismo oitocentista: ao mesmo tempo em que partilhava valores regressistas, dialogava com progressistas, revelando que esses grupos, apesar das divergências, moviam-se dentro de um mesmo horizonte de ordem e liberdade, ainda que atribuísssem significados distintos a eles. É precisamente esse horizonte comum que tornava possível a circulação do periódico

⁴⁵ *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 105, 4 fev. 1839. p. 3. No trecho, o *Despertador* está associado a palavra Abissínio, que faz referência a indivíduos que nunca criticavam aqueles que estavam no poder. Já o Sol alude ao ministério regressista, que detinha poder político naquele momento.

entre diferentes correntes, permitindo-lhe mobilizar argumentos inteligíveis e, em alguma medida, aceitáveis por ambas. Desse modo, a retórica da imparcialidade não se reduzia a uma estratégia de inserção e sobrevivência no mercado jornalístico, mas se apoiava também na existência de um terreno compartilhado de referências, que tornava viável – ainda que instável – a interlocução entre posições em disputa.

Portanto, essa leitura permite ir além da dicotomia cristalizada entre regressistas e progressistas. Mais do que blocos estanques, esses grupos podem ser concebidos como parte de um mesmo campo liberal-conservador, no qual coexistiam projetos de contenção social, valorização da ordem e defesa de liberdades. Sob essa perspectiva, a trajetória de Rocha Cabral deixa de parecer paradoxal: ao circular entre diferentes facções, ele apenas mobilizava pontos de convergência que estruturavam o próprio horizonte político do Oitocentos. Nessa perspectiva, as suas escolhas não revelam incoerência, mas, sim, a plasticidade de um liberalismo que, embora plural e conflituoso, partilhava fundamentos comuns.

Em última análise, acompanhar a trajetória de Augusto José Marcelino da Rocha Cabral no comando do *Despertador* é mais do que recuperar a experiência singular de um emigrado liberal português: é lançar luz sobre um campo político em que liberdade e ordem entrelaçavam-se como polos indissociáveis. Regressistas, progressistas e Cabral disputavam os sentidos desses princípios, mas partilhavam mesmos mesmos vocabulário e temor diante da fragmentação política e social. Nesse terreno, a neutralidade pretendida não era ingenuidade, mas cálculo político; não ausência de posição, mas forma específica de intervir em um espaço atravessado por disputas intensas e por múltiplas linguagens do liberalismo. Propor novas leituras desse liberalismo conservador, o qual se dizia moderado, mas que se alimentava de tensões, significa desestabilizar dicotomias rígidas e reconhecer a multiplicidade das linguagens políticas dos Oitocentos. Talvez aí resida a chave para compreender não apenas as estratégias de pertencimento de emigrados como Rocha Cabral, mas as próprias engrenagens de construção do Estado imperial brasileiro. Ao levantar essas questões, este artigo não encerra o tema, mas o projeta para um programa mais amplo de pesquisa.

Notas sobre a autoria

Luaia da Silva Rodrigues é Doutora e Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também se graduou. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado na mesma instituição, com supervisão da Profa. Gladys Sabina Ribeiro. Atua na área de História do Brasil Império, com ênfase no período Regencial, liberalismo, conservadorismo, imprensa e construção do Estado imperial. Tem experiência em docência na graduação e na educação básica, na organização de eventos científicos, na editoria de periódicos acadêmicos e em projetos de divulgação científica.

Referências

Jornais

Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, n. 105, 4 fev. 1839.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 6, 2 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 7, 3 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 8, 4 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 10, 6 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 11, 7 abr. 1838.

Despertador, Rio de Janeiro, n. 12, 9 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 14, 11 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 15, 12 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 16, 14 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 2, 28 mar. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 3, 29 mar. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 4, 30 mar. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 17, 17 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 5, 31 mar. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 19, 19 abr. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 36, 9 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 37, 10 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 40, 14 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 40, 14 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 44, 18 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 45, 19 maio 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n.77, 3 jul. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 74, 28 jun. 1838.

O Despertador, Rio de Janeiro, n. 115, 18 ago. 1838.

Outros Documentos

CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Coleção de alguns artigos escritos e publicados no Brasil pelo português José Marcelino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro: Tipografia da ass. Do Despertador, 1839.

Bibliografia

BASILE, Marcello. O “negócio mais melindroso”: reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834). *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (org.). *Livros Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 185-209.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *In*: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 194-245.

GONÇALVES, Andréa Lisly; SILVA, Luiz Gustavo Martins da. A contrarrevolução miguelista e o exílio político liberal: Portugal e Brasil (1828-1834). *Almanack*, Guarulhos, n. 36, ed30223, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/kdhwVH9R9YBY5kPzv5NBbgz/?lang=pt> . Acesso em: 10 set. 2025.

HESPANHA, António M. Pequenas repúblicas, grandes estados. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Jundiaí: Fapesp, 2003. p. 93-108.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para uma história más global. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 3 sér. v. 5, p. 115-140, 2004. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:ojs.letras.up.pt/ojs:article/5056>. Acesso em: 20 ago. 2024.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LOPES, José Reinaldo. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí: Fapesp, 2003. p. 195-218. (Estudos Históricos).

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassenzi (org.). *A história da imprensa*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-154.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Relume Dumará, 2002.

RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RODRIGUES, Luaia da Silva. *Isto não é retrogradação, é adiamento da perfeição: o liberalismo conservador regressista (1835-1841)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

XAVIER GUERRA, François. De la Política Antigua a la Política Moderna. La Revolución de la Soberanía. In: XAVIER GUERRA, François. *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII – XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 109-139.